Carta de desafios, necessidades e compromissos do II Seminário de Curricularização da Extensão – IFSC/UNESC

A presente carta de desafios, necessidades e compromissos foi elaborada no II Seminário de Curricularização da Extensão do Instituto Federal de Santa Catarina, ocorrido entre os dias 10, 11 e 12 de novembro de 2020, em formato online, um evento realizado pelo IFSC em parceria com a Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). O evento é uma dentre as várias ações realizadas pelas comunidades acadêmicas para discutir os dispostos na Resolução n°07/2018 do Conselho Nacional da Educação, que "estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024". Salienta-se que a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 207, estabelece que a extensão é, junto com o ensino e a pesquisa, componente indissociável do fazer universitário.

Por que fazemos o que fazemos?

É com esta pergunta nada óbvia que abrimos esta carta. Essa mesma pergunta talvez devesse nos acompanhar em toda a nossa prática como instituição. Por que fazemos o que fazemos?

Uma obviedade, sim, é que estamos realizando essa discussão dentro de uma instituição de ensino e, portanto, não fazemos o que fazemos porque assim nos foi determinado, ou porque assim cabe cumprir uma lei. Pelo menos não deveríamos. Não fazemos o que fazemos porque temos que fazer. Ou pelo menos não deveríamos. Fazemos o que fazemos porque acreditamos firmemente na Missão, na Visão e nos Valores da instituição da qual fazemos parte e a qual constituímos. Então, por que estivemos aqui reunidos para pensar a Curricularização da Extensão?

Se falamos em curricularização da extensão, necessitamos ter clareza do que isso constitui. Bem, este já é motivo suficiente para reunir centenas de servidores em uma mesma sala, virtual ou não, para estudar e discutir. No decorrer deste Seminário, tantas outras perguntas surgiram, uma vez que é provável que as tenhamos em maior número do que respostas. Então, uma questão crucial é: Por que Extensão importa tanto a ponto de a incluirmos nos currículos? Para quê? - Já indagava o título da palestra de nossa primeira tarde de estudos.

Extensão, como é sabido, é a conexão necessária entre instituição de ensino e sociedade, e poderia ser tomada como uma forma de dar um retorno imediato a ela dos investimentos destinados à Educação. Porém, há que se deixar bem claro que não somos uma prestadora de serviços e, em razão disso é que, no âmbito dos institutos e universidades, adotou-se o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Isso porque, justamente, somos uma instituição de EDUCAÇÃO e, como tal, nossa visão é "Ser instituição de excelência na educação profissional"

e nossa Missão é “Promover a inclusão e formar cidadãos”. Nosso compromisso, já intuímos, é com a EDUCAÇÃO, com o caráter formativo de qualquer prática dentro ou fora das paredes do IFSC. Portanto, a extensão em uma instituição de ensino deve ser, antes de mais nada, componente essencial da prática educativa.

Ora, falamos aqui do porquê a extensão deve estar vinculada ao ensino, mas não necessariamente o motivo de o ensino precisar, por sua vez, estar vinculado à extensão. Todos os documentos norteadores de nossa prática pedagógica, incluindo-se a Resolução 07/2018 do CNE, apresentam a diretriz de que o processo de ensino-aprendizagem deve se dar dentro de uma prática social. É como diz Paulo Freire (2013, p.29): “só aprende verdadeiramente aquele que é capaz de aplicar a aprendizagem a situações existenciais concretas”. Nesse sentido, a extensão se apresenta como um dos principais caminhos para que a aprendizagem significativa aconteça, dentro da qual os alunos aplicam os conhecimentos na sociedade, no dia-a-dia, e trazem suas experiências com essa extensão para dentro da instituição de ensino, onde tais experiências devem ser ressignificadas a partir da reflexão sobre elas, mobilizando os aportes científicos que fundamentam a produção do conhecimento. Trata-se de uma metodologia ativa de aprendizagem, na qual a extensão não rouba a cena dos conteúdos, mas é a razão da existência de muitos deles e uma forma de dar significado a outros. Neste sentido, a extensão deve deixar de ser o "patinho feio" do fazer universitário e ser compreendida como parte fundamental para a formação pessoal e profissional do discente.

É aí, nessa necessária indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como estratégia educacional que entra a curricularização. Claro que os projetos de extensão são um primeiro passo para isso, mas nem sempre, ou quase raramente, é possível o diálogo entre os três eixos, porque, dentro de uma estrutura curricular que não incorpora esses projetos, o extensionista precisa fazer malabarismos para estabelecer uma mínima articulação. Ademais, a maioria de nossos projetos atende a uma parcela de nossos alunos; e o ideal seria que todos tivessem essa experiência extensionista.

Diferente dessa estrutura fragmentada que isola muitos projetos, a curricularização pretende possibilitar que o ensino dos conteúdos, ou ao menos, de alguns deles, esteja desde a sua concepção, articulado à realidade experimentada pelo estudante, para que este produza respostas/saber a partir de perguntas, perguntas essas que ele levanta na observação dos problemas do seu entorno, os quais a própria sociedade, enquanto participante ativa desse processo, ajuda a formular. Afinal, não há resposta sem pergunta; não há pergunta sem a identificação de um problema; e quem melhor para auxiliar na identificação do problema do que a sociedade que o vive? Então, fazemos o que fazemos (ou seja, um movimento em direção à curricularização da extensão) porque de fato estamos comprometidos com a visão e a missão de nossa instituição, que espelha também uma visão de

educação: a instituição de ensino de relevância e socialmente referenciada.

Tudo isso está colocado num plano de uma regulamentação, que requer que a coloquemos em prática, mas também em um plano utópico, no universo dos desejos, de um ideal a ser alcançado. No entanto, preocupa-nos a execução dessa tarefa, que, desde já, não parece nada fácil. Nada fácil porque a força de nosso hábito não pode nos empurrar para aquele lugar comum em que se estuda um assunto, produz-se um saber e, depois, se o entrega para a comunidade. Se partirmos dessa concepção, de fato estaremos retirando um precioso tempo do ensino, ainda que o trabalho de extensão seja de extrema relevância. Mas a pergunta que fica, ainda, depois de finalizarmos o segundo seminário de curricularização, é: como fazer para que realmente haja essa interseção entre ensino-extensão-pesquisa?

Esse é o nosso maior desafio: colocar essa concepção na prática.

Há que se construir propostas com base em demandas reais, explicitadas pela comunidade, relevantes para o arranjo produtivo e para a formação pessoal e profissional do discente. Há que se estabelecer diálogo com outros agentes, como órgãos de pesquisa, entidades, governo, entre outros. Essa pesquisa das reais necessidades, dos problemas que impulsionam perguntas, que, por sua vez, levam ao estudo e à investigação, deve estar no início de todos os processos e ser retomada sempre que necessário.

Os processos têm que evidenciar o protagonismo da comunidade nessa construção. E, depois de colocados em prática, precisam apresentar ferramentas concretas de acompanhamento dos sucessos e insucessos, estando sujeitos a ajustes sempre que identificados os problemas e as fragilidades atreladas a eles. Essa avaliação, também ela precisa ser executada tanto pela comunidade como pela instituição de ensino, em uma relação constantemente dialógica, sem esquecer que, nesse processo, a percepção, o pensamento e a opinião do discente deve ocupar um lugar de destaque, de forma que devemos conduzir a prática no sentido de que o estudante consiga se projetar como um sujeito social, atuante na sua comunidade, com ação e voz.

Precisamos incluir na discussão toda a comunidade acadêmica, e este será outro grande desafio, tendo em vista as proporções estruturais já bastante grandes de nossa instituição. Outro desafio que teremos pela frente é ampliar as ações de forma que contemplem todos os estudantes de graduação com a carga horária adequada e/ou prevista em lei. E como faremos para realizar o ajuste curricular para o inclusão dos 10% da extensão sem aumentar a carga horária total dos cursos?

Sem excluir a ampla discussão com a comunidade acadêmica, temos a necessidade de que se criem maiores diretrizes quanto a esses aspectos, que tenham também como horizonte a diminuição da burocracia no que tange aos procedimentos. E, claro, precisamos de capacitação, sendo este

seminário um exemplo dessa ações; na verdade, precisamos de muita capacitação, com carga horária atribuída, já que não se realiza uma boa ação sem uma boa formação do profissional, e isso requer seu tempo de trabalho, de estudo, de diálogo, de reflexão coletiva. Esperamos de nossos gestores esse mesmo cuidado com a carga horária do profissional no que se refere ao tempo de preparação e de avaliação das atividades, já que a construção coletiva demanda esse tempo que pertence ao diálogo e à reformulação a partir da inclusão de outras visões, já que para fazer extensão, a construção coletiva é essencial, tanto intra quanto extra comunidade universitária.

Nesta carta, nos comprometemos, enquanto membros da comunidade acadêmica, a estarmos envolvidos nas atividades de capacitação, nos diálogos e nas reflexões com nossos pares, com os discentes e com a sociedade, contribuindo na busca de caminhos para que a curricularização da extensão seja o sucesso que desejamos. Nos comprometemos porque acreditamos na extensão, mas reforçamos aqui, a necessidade de que a carga horária para isso seja humanamente condizente com as tarefas às quais iremos nos dedicar com afinco.

Fazemos o que fazemos porque entendemos a importância e reconhecemos a grandeza da extensão. Por isso mesmo queremos que seja bem feito e, para isso, precisamos que a instituição e o Ministério da Educação se comprometam em fornecer as condições favoráveis para que isso possa acontecer com qualidade, com regulamentação adequada de carga horária envolvida, suportes técnicos, e, por fim, financiamento. Obviamente certos temores surgem em razão de mudanças estruturais e curriculares numa instituição, quando o contexto político oferece um cenário de precarização da educação superior, de diminuição de determinados recursos.

Ambicionamos que a curricularização da extensão seja tão eficaz na formação de cidadãos socialmente comprometidos quanto ela tem o potencial de ser, mas para que ela se efetive com êxito, há que se possuir os recursos financeiros necessários para dar todo o suporte que tamanha integração necessita. É compromisso nosso pensar formas de fazer com que tal curricularização ocorra de uma forma verdadeiramente sólida; é obrigação dos órgãos que financiam e regulamentam nossa prática fornecer subsídios para que isso de fato seja possível.

Cheios de motivação e com os votos de que a curricularização da extensão seja uma grande experiência educacional, assinam esta carta: os participantes do II Seminário de Curricularização da Extensão - a comunidade acadêmica do IFSC e da UNESC.